



Política de Privacidade e Proteção de Dados

PBF - Piauhyllino, Bittar e Fonseca Advogados

A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados descreve de forma simples, transparente e objetiva quais dados pessoais e informações serão obtidos do Titular ("Dados"), bem como a forma como esses Dados são tratados durante o acesso aos conteúdos do site ou qualquer outro meio de atendimento ("Canais Digitais") desenvolvido e/ou provido pela instituição **PBF - Piauhyllino, Bittar e Fonseca Advogados**, doravante denominado **PBF Advogados**.

1 PRINCÍPIOS

1.1 Nossa Política foi criada com o objetivo de reiterar o compromisso da instituição com a segurança, a privacidade e a transparência no tratamento das informações coletadas dos usuários de nossos canais digitais e é regida pelos princípios da adequação, finalidade, livre acesso, não discriminação, necessidade, prevenção, qualidade dos dados, segurança, transparência, consentimento e todos os demais princípios definidos em legislação aplicável.

2 FINALIDADE

2.1 Por meio desta Política, o usuário está ciente da coleta, armazenamento, processamento e uso de suas informações nos termos ora descritos. A coleta e o tratamento de informações e dados pessoais do usuário



limitam-se ao necessário para: uso interno com finalidade exclusiva de tratamento para fins de prestar os serviços jurídicos contratados, sendo vedado a utilização dos mesmos para outra finalidade sem o consentimento expresso do cliente.

2.2. A instituição excluirá as informações armazenadas de usuários quando a finalidade para a qual a informação coletada for alcançada, ou quando os dados deixarem de ser necessários para alcançar essa finalidade. Também haverá a exclusão quando da revogação do consentimento pelo usuário, nas hipóteses em que este se fizer necessário, e mediante determinação da autoridade competente para tanto.

3 COLETA

3.1 A instituição tratará as informações pessoais dos titulares com finalidade exclusiva para fins de prestar os serviços jurídicos contratados, sendo vedado a utilização dos mesmos para outra finalidade sem o consentimento expresso do cliente.

3.2. A instituição **PBF Advogados** também obtém dados automaticamente do Titular, por meio da utilização de "cookies" e outras tecnologias similares, com o intuito de garantir a melhor experiência de usuário, bem como para análise estatística de tendências, administração das páginas na web e mídias, rastreamento do comportamento do usuário das plataformas gerenciadas pela **PBF Advogados**.

3.2.1 Mais especificamente, as tecnologias com potencial de utilização pela instituição **PBF Advogados**, incluem, mas não se limitam a: Cookies.



3.2.2. É garantido ao Titular o controle de uso de cookies por meio de configuração do Navegador, estando ciente que, em caso de desativação, poderá ser limitado o uso de determinados recursos e funções das Páginas.

3.3. O usuário reconhece ser o único responsável pela veracidade das informações por ele fornecidas quando da realização de seu cadastro e posterior utilização dos Canais Digitais.

3.4. O usuário compreende que a instituição poderá, a seu critério, proceder com as pesquisas e buscas necessárias para apurar a veracidade das informações prestadas, bem como a existência de dados incorretos, inverídicos ou desatualizados. Poderá, ainda, solicitar informações e/ou documentos adicionais para a conferência das informações cadastrais fornecidas pelo usuário.

4 DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

4.1. Os dados de crianças e adolescentes serão coletados apenas mediante o consentimento específico de pelo menos um dos pais ou responsável. Informamos que o tratamento desses dados, serão realizados de acordo com o melhor interesse das crianças, isso é, sempre para beneficiá-las. Nesse caso, as informações sobre a coleta de dados serão fornecidas de maneira mais clara e acessível ainda, para garantir que uma criança possa efetivamente compreender o que está acontecendo.

5 DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

5.1. Quando for necessário tratar seus dados pessoais sensíveis (como orientação sexual, origem racial ou étnica, convicção religiosa, dentre outros), nós obteremos



seu prévio, expresso e formal consentimento para qualquer processamento que for voluntário.

5.2. A instituição **PBF Advogados** poderá tratar os dados pessoais sensíveis do titular sem seu consentimento nas situações necessárias ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, à proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro, ou à garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular nos processos de identificação e autenticação de cadastro e prestação de serviços.

6 ARMAZENAMENTO E SEGURANÇA

6.1. A instituição **PBF Advogados** trata os Dados do Titular de forma segura, por meio da adoção de práticas e medidas de segurança de cunho técnico, administrativo e organizacional, todas aptas à sua integra proteção, conforme critérios definidos pelos melhores padrões de mercado e em legislação aplicável.

6.2. A segurança dos Dados visa à proteção destes contra situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como processamento discriminatório de informações.

6.3. A instituição **PBF Advogados** se compromete a adotar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para a proteção dos dados pessoais, tais como: emprego de softwares de alta tecnologia para impedir acessos não autorizados a nossos sistemas; utilização de métodos de criptografia e anonimização dos dados coletados; adoção de mecanismos de autenticação de acesso aos registros capazes de individualizar o responsável pelo tratamento de dados; limitação de acesso aos locais de armazenamento de dados; dentre outros.



6.4. O acesso às informações armazenadas pela instituição é restrito aos profissionais autorizados e qualificados para tanto, nos limites de sua necessidade para desempenhar suas funções

6.5. A instituição **PBF Advogados** se compromete a informar ao Titular e aos órgãos de proteção de dados qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou prejuízo relevante aos Titular, em prazo razoável, justificando eventual atraso na comunicação.

7 COMPARTILHAMENTO DE DADOS

7.1. O usuário compreende que a instituição poderá tratar algumas de suas informações como nome, número de CPF e imagem (foto) com empresas terceiras prestadoras de serviços e com empresas do mesmo grupo econômico, para melhor atender seus clientes.

7.2. A instituição destaca que, nos casos em que o tratamento de informações e dados pessoais de usuários com terceiros se faça necessário, será assinado acordo de confidencialidade com a mesma para garantir o sigilo das informações compartilhadas e as obrigações legais e limites do tratamento dos dados pessoais.

7.3. Nas hipóteses em que for requerido o aval do titular para o tratamento, o compartilhamento das informações e dados pessoais dos usuários com terceiros será precedido de consentimento, cuja manifestação deverá ser livre, informada e inequívoca.

7.4. Em caso de tratamento internacional de Dados, a instituição **PBF Advogados** se compromete a observar, na transmissão, uma das seguintes hipóteses: (i) que o



destinatário esteja em país que assegure um nível de proteção de Dados ao menos equiparável com a legislação brasileira; (ii) quando a transferência for necessária para a cooperação judicial internacional entre órgãos públicos de inteligência e de investigação, de acordo com os instrumentos de direito internacional; (iii) quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou incolumidade física do Titular ou de terceiros; (iv) quando o órgão competente autorizar a transferência; e (v) quando o Titular tiver fornecido o seu consentimento para a transferência, nos termos desta Política de Privacidade.

8 DIREITOS DO TITULAR

8.1 O titular poderá, através dos canais de atendimento da instituição, exercer todos os direitos que lhe são garantidos pela Lei 13.709/2018 e outras legislações aplicáveis ao tema, tais como:

- a) a confirmação da existência do tratamento de dados pessoais e acesso aos mesmos;
- b) a correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- c) a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- d) a portabilidade dos dados pessoais a outro fornecedor de serviço ou produto, observados os segredos comercial e industrial;
- e) a eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular;
- f) a informação das entidades públicas e privadas com as quais a instituição realizou uso compartilhado de dados;
- g) informação sobre a possibilidade de revogar ou não fornecer consentimento, bem como as consequências dessa negativa.



desde 1940

- h) a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses;
- i) requerer a aplicação das normas de defesa do consumidor nas tutela da proteção de seus dados, quando aplicável;
- j) requisitar a exclusão de nossas listas de comunicação ou marketing, assim você deixará de receber nossas mensagens e e-mail, caso não deseje mais isso.

8.2. A instituição excluirá as informações tratadas de usuários quando a finalidade para a qual a informação coletada for alcançada, ou quando os dados deixarem de ser necessários para alcançar essa finalidade. Também haverá a exclusão quando da revogação do consentimento pelo usuário, nas hipóteses em que este se fizer necessário, e mediante determinação da autoridade competente para tanto.

8.3. Ao terminar sua relação com a instituição, porém, o usuário está ciente de que alguns de seus dados pessoais não poderão ser excluídos de pronto, pois a preservação de alguns destes, dependem do prazo estipulado pela legislação vigente.

8.4. Além disso, a solicitação do titular para exclusão de algum dado pessoal de nossas bases poderá reduzir a qualidade ou inviabilizar os serviços prestados, sendo de inteira responsabilidade do requerente as consequências advindas dessa redução ou inviabilização de serviços.

9 ALTERAÇÕES

9.1. A presente Política de Privacidade está sujeita a eventuais alterações, a qualquer tempo e a critério da instituição, cabendo ao usuário examinar e se inteirar das novas



desde 1940

condições que eventualmente sejam propostas. Na hipótese de alteração da finalidade, forma, duração, identificação do controlador, ou informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade, o titular será comunicado, hipótese em que poderá revogar eventual consentimento anteriormente concedido.

9.2. A alteração poderá ocorrer especialmente quando houver a implementação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, que poderá emitir novas diretrizes sobre os procedimentos descritos neste documento.

9.3. Esta é a primeira versão da Política de Privacidade e Proteção de Dados da **PBF - Piauhyllino, Bittar e Fonseca Advogados**, formulada em 23 de novembro de 2020. A versão atual da nossa Política estará sempre disponível para a leitura em nossos Canais Digitais.

10 CONTATO

10.1. Em caso de dúvidas, sugestões ou reclamações acerca desta Política de Privacidade e Proteção de Dados ou de práticas em relação aos Dados por parte da instituição **PBF Advogados**, gentileza entrar em contato com o encarregado, por meio do e-mail dpo@pbf.adv.br e ou por envio de correspondência aos cuidados desta área no endereço Endereço: SAUS Quadra 01, bloco M, lote 4, Edifício Libertas sala 1309. Brasília-DF - CEP. 70.070-935.

11 GLOSSÁRIO

11.1. Visando facilitar a compreensão dos termos técnicos dispostos nesta Política, indicamos, a seguir um glossário como o significado das principais definições:

AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: O termo abrange os conceitos de controlador e operador de dados, sendo o primeiro aquele que possui o poder de decisão sobre as finalidades do tratamento de dados dos titulares, nesse caso, a instituição **PBF Advogados**. O segundo, operador, é aquele que realiza o tratamento



de dados a partir das diretrizes do controlador, como prestadores de serviços e pessoas jurídicas que executam funções auxiliares a esta instituição.

ANONIMIZAÇÃO: técnica de processamento de dados que remove ou modifica informações que possam identificar uma pessoa.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: é um órgão da administração pública federal, integrante da Presidência da República. Suas tarefas essenciais são fiscalizar e regular a aplicação da LGPD, sendo intermediário entre a sociedade (empresas, titulares de dados, etc) e o governo.

BLOQUEIO: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

COMPARTILHAMENTO DE DADOS: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais, com autorização específica entre entes públicos ou privados.

CONSENTIMENTO: É a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o TITULAR concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

CONTEÚDO: Qualquer informação, dados, comunicações, software, fotos, vídeos, gráficos, música, sons e outros materiais e serviços que podem ser visualizados pelos TITULARES na PLATAFORMA. Isso inclui mensagens, conversas, bate-papo e outros conteúdos originais.

CONTROLADOR DE DADOS: Pessoa ou instituição, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

COOKIES: Arquivos enviados pelo servidor da PLATAFORMA para o computador ou celular do USUÁRIO, com a finalidade de identificar o computador ou celular e obter dados de acesso, permitindo, desta forma, personalizar a utilização da PLATAFORMA, de acordo com o seu perfil. Também podem ser utilizados para garantir uma maior segurança dos USUÁRIOS da PLATAFORMA.

DADOS MANIFESTAMENTE PÚBLICOS: informações que podem ser utilizadas livremente porque estão disponíveis nos portais de autoridades governamentais como a Receita Federal e os diversos Tribunais de Justiça. Ainda há discussão sobre se perfis e *posts* expostos em redes sociais são considerados dados públicos. Lembre-se o tratamento sempre deve ser feito mediante a informação quanto à finalidade do uso e apuração do consentimento genuíno do titular.



DADOS PESSOAIS: todos os dados relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, o que pode incluir, além de Nome, e-mail, CPF, endereço I.P., Device ID e outros identificadores que, se analisados em conjunto, permitem a identificação de um USUÁRIO.

DADOS PESSOAIS ANONIMIZADOS: dados relativos a um USUÁRIO que passaram por um processo de quebra do vínculo existente entre as informações e o seu titular, de modo a garantir o seu anonimato definitivamente.

DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS: dados sobre origem racial, étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou a vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa.

ELIMINAÇÃO: exclusão do dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

ENCARREGADO: Pessoa indicada pela instituição para atuar como canal de comunicação entre o controlador e os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (CNPd), que ainda não foi criada.

FINALIDADE: propósito legítimo, informado ao titular, que assegura a legalidade do tratamento de seus dados.

INCIDENTE DE INSEGURANÇA: O incidente pode ser compreendido como uma violação de segurança que provoca, DE MODO INCIDENTAL E ILÍCITO, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, **não autorizados**, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tratamento.

IP (Internet Protocol): É um conjunto de números que identifica o computador ou celular do USUÁRIO na Internet.

LEGÍTIMO INTERESSE: trata-se da justificativa mais flexível para o tratamento, e processamento, regular e legal de dados. O legítimo interesse do controlador de dados tem fundamento nas finalidades para as quais os dados são coletados, considerando as situações concretas em que isso será feito. É legítimo o uso de dados para (a) o apoio e promoção de atividades da instituição; (b) a proteção do exercício regular dos direitos do titular, ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitando-se as suas expectativas e suas liberdades fundamentais;

OPERADOR DE DADOS: é a pessoa que faz tratamento dos dados que estão em posse do controlador, nesse caso, que foram captados pela instituição, de qualquer forma.



PSEUDONIMIZAÇÃO: tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta com um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.

TRATAMENTO DE DADOS: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Brasília, 23 de novembro de 2020.